

# “O LEGADO DE EVA”: REPRESENTAÇÃO SOCIAL DE MULHERES E SEU TRABALHO NO RIO DE JANEIRO NA VIRADA DO SÉCULO (XIX – XX)

Lucas Gabriel Feliciano COSTA<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este artigo investiga vida e trabalho (livre) de mulheres na cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 1889 até 1902. Objetivamos identificar e caracterizar, a partir de fontes primárias e secundárias, generalidades sobre a vida de mulheres na sociedade estudada, evidenciando (i) seus processos de socialização; (ii) sua inserção nos mundos do trabalho à época. Fazemos uma pesquisa documental relacionando fontes, valendo-nos principalmente de anúncios e textos de jornais e revistas da época acessados pela Biblioteca Nacional Digital. Propomos que existe uma relação intrínseca entre a configuração da instituição social “família” e seus membros e o trabalho de mulheres de diferentes posições sociais. Argumentamos que o processo de identificação e da construção de papéis sociais da mulher e do feminino como modelos rígidos de “filha”, “mãe” e esposa”, impulsionaram uma determinação dos ofícios e serviços de mulheres privilegiadas econômico e culturalmente ou não.

**PALAVRAS-CHAVE:** trabalho de mulheres; relações sociais de sexo; prendas do bello sexo; papéis sociais; socialização.

“EVA’S LEGACY”: SOCIAL REPRESENTATION OF WOMEN AND THEIR WORK IN RIO DE JANEIRO ON THE TURN OF THE CENTURY (XIX – XX)

**ABSTRACT:** *This article investigates life and (free) work of women in the city of Rio de Janeiro between 1889 and 1902. It aims to identify and characterize, based on primary and secondary sources, generalities of women’s life back in that society, remarking (i) their*

<sup>1</sup> Universidade Federal de Goiás (UFG) – Goiânia – GO – Brasil. Bolsita Capes. Mestre em Sociologia. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1774-1780>. [lucasgfc.lg@hotmail.com](mailto:lucasgfc.lg@hotmail.com).

*social process of socialization; (ii) their insertion in the work worlds back then. We develop documental research relating different sources, especially making use of advertisements and texts from newspapers from that time, accessed through the Digital National Library of Brazil. We propose that there is an intrinsic relation between the configuration of the social institution “family” and its members and the work of women from different social positions. We argue that the processes of identification and construction of social roles of both woman and feminine as rigid models of “daughter”, “mother”, and “wife”, boosted a determination of crafts and services of women economic and culturally privileged or not.*

**KEYWORDS:** *work of women; social relations between sexes; prendas do bello sexo; social roles; socialization.*

– *Você deveria ter nascido...*  
– *Homem?*  
– *Homem e advogado. [...]*

*Helena, Machado de Assis*

## **Relembrando Eva: Introdução, proposições e objetivos do trabalho<sup>2</sup>**

Este artigo tem por objetivo principal caracterizar, a partir das fontes primárias e secundárias, as generalidades sobre a vida e o trabalho das mulheres na cidade do Rio de Janeiro na transição do século XIX para o século XX (1889-1910), tendo como marco de início do período o fim da escravidão negra e a Proclamação da República no Brasil, e fim, a primeira década do novo século. Com o objetivo de conhecer como se deu o processo de inserção das mulheres no mundo do trabalho produtivo e as principais ocupações que desempenhavam à época, buscamos entender quem eram e o que podiam essas mulheres fazer dentro e fora de casa. Para isso, nos dedicamos a compreender as representações e papéis sociais a elas atribuídos no Brasil dos oitocentos e do início dos noventa.

Partimos da seguinte proposição: existe uma relação intrínseca entre a configuração da instituição social “família” e seus membros e o trabalho de mulheres de diferentes posições sociais. Argumentamos que o processo de individualiza-

---

<sup>2</sup> Este artigo contém parte dos resultados da nossa pesquisa de mestrado intitulada *O som das patricias: mulheres e seu trabalho no mundo da música carioca (1889-1902)*, defendida em julho de 2022 no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Goiás, sob orientação do Professor Doutor Jordão Horta Nunes (UFG).

ção (ELIAS, 1990), identificação (DUBAR, 2001, 2009) e da construção de papéis sociais da mulher e do feminino como modelos rígidos, impulsionaram uma determinação dos ofícios e serviços de mulheres prestigiadas econômico e culturalmente ou não. Esses modelos podem ser entendidos como uma segunda natureza (ELIAS, 1990) e, ainda, resultado das configurações das relações sociais de sexo e da divisão sexual do trabalho, pensados politicamente e integrados ao projeto civilizatório e de modernização do Estado-Nação brasileiro à época estudada.

Entendemos que a identificação de mulheres como “filha”, “esposa” e “mãe” é fruto de representações sociais, oriundas das relações sociais que as criam, reproduzem, desvirtuam e efetivam pela prática (ELIAS, 1990; KERGOAT, 2003) durante o processo de individualização dessas mulheres; processo esse que é constante de constituição e formação enquanto indivíduos particulares, porque partícipes de uma figuração social; suas formas de ser, em seu presente e devir, estarão sempre limitadas às características que lhe dão essa figuração. Em outras palavras, é-se “filha”, “mãe” e “esposa” tal como definem e comportam as estruturas sociais — estrutura da cadeia de relações interdependentes — de um tempo e espaço, fruto de um acordo cumulativo que formam relações funcionais (daí se derivam identificações e papéis sociais). Estrutura e regularidades formam-se no progressar das relações entre pessoas individuais que formam as unidades parciais e completas de uma sociedade (ELIAS, 1990; 2002).

Acreditando na existência de um projeto modernizador e civilizador das instituições sociais e políticas do Brasil, potencializado na segunda metade do século XIX. Percebemos que transformações significativas aconteceram na vida “d’A mulher” (representação social do indivíduo do sexo feminino) para fazer existir e efetivar-se como *habitus* (BOURDIEU, 1989) esses modelos rígidos femininos.

No entanto, verificamos que essas transformações afetaram de maneira diferente a diferentes mulheres. É importante lembrar que esses modelos não eram assimilados da mesma forma por indivíduos de estratos sociais distintos. Seja o ser mulher de um jeito determinado e o ser homem de um jeito determinado também ditos universais e desejados pelos formadores do arbitrário cultural, nem sempre essas condições se davam por completo no cotidiano de despossuídos e desprestigiados, mas de alguma forma estavam presentes em suas vidas (CHALHOUB, 2012).

Percebemos que os principais tipos de trabalho e atuação profissional livre para mulheres de posições sociais baixas e desprestigiadas, pretas e mestiças (vocabulário da época), estavam diretamente relacionados às “prendas do bello sexo”,

atividades tradicionalmente aprendidas pelas mulheres na primeira socialização no espaço da casa. Era o trabalho doméstico na condição de criada, ocupação guarda-chuva, que aglutinava diferentes tipos de serviços e exigências sob um único nome. Pela necessidade, pela urgência de sobreviver, essas mulheres sempre trabalharam, mesmo que associadas afetivamente (em relação de amasamento) a um homem (CHALHOUB, 2012). Como sua relação com o trabalho era maior, acabavam por experimentar certa autonomia e independência de seus parceiros do sexo oposto, subvertendo a característica submissão do ser mulher e experimentando formas diferentes de relações amorosas e da vivência social como um todo.

Já as sinhás e senhoras, brancas, de posições intermediárias e superiores também tinham parte do seu trabalho remunerado ou gratuito ligado às “prendas...”. Contudo, suas trajetórias eram divergentes das de outras camadas sociais. Investigamos em que condições estas mulheres se apresentavam ao trabalho produtivo, ou seja, o que lhes levava a buscar trabalho mesmo pertencendo a grupos sociais de maior capital econômico. Uma de nossas hipóteses é de que isso acontecia quando estavam já desassociadas de um homem provedor (pai, marido, irmão mais velho) do núcleo familiar em que viviam, uma vez que só na ausência destes elas estariam permitidas a buscar “ganhar a vida de forma honrada”. Nelas, podemos ver maior assimilação dos modelos e maior dependência social e econômica de seus parceiros. Sobre suas formas de ganhar a vida, verificamos que as ocupações de professora, costureira e secretária predominam no período estudado, mas também encontramos outras ocupações tidas como femininas, como a de tipógrafa.

\*

Sobre o processo e procedimento de pesquisa, desenvolvemos uma pesquisa documental (SÁ-SILVA, ALMEIDA; GUINDANI, 2009; CELLARD, 2008; PIMENTEL, 2001 [não consta referência para esses autores, incluir]) em material primário e secundário, somando informações de ambos os grupos para construir nossas respostas de pesquisa. A depender da natureza de cada material analisado, mobilizam-se abordagens distintas que se ajustem à demanda do material. Em nosso caso, privilegiamos a análise do discurso (THOMPSON, 2000) e de representações sociais (BECKER, 2015) para os textos de periódicos, e fizemos leituras do material iconográfico baseadas em princípios da semiótica. Por fim, nossa metodologia e proposta de procedimentos técnicos de pesquisa se desenvolve de maneira afim e coerente à proposta de John Thompson (2000) para análise de formas simbólicas.

Das fontes primárias, valemo-nos principalmente do material da Hemeroteca Digital<sup>3</sup> disponível na Biblioteca Nacional Digital do Brasil (BNDB)<sup>4</sup>. Através dos mecanismos próprios de pesquisa da Hemeroteca (GIORDANO, 2016 [não consta referência para esses autores, incluir]), pesquisamos por palavras e expressões<sup>5</sup> que nos ajudaram a localizar informações em diferentes tipos de texto sobre mulheres trabalhadoras. Em cortes de 10 anos (1880-1889; 1890-1899; 1900-1909), pesquisamos principalmente por anúncios de oferta e demanda de trabalho a mulheres, privilegiando os periódicos de maior circulação na capital do país à época estudada; assim, destacam-se *Jornal do Commercio*, *Gazeta de Notícias* e *Gazeta da Tarde*.

### Contam os antigos: contexto e referencial teórico

A relação entre trabalho e sociedade no Brasil tem sua história atravessada pela escravidão negra. No IV século brasileiro após a chegada da máquina colonizadora e mercante, esse sistema ainda é o motor principal da criação de riquezas e da geração de bens à vida e existência. Essa força de trabalho, fruto do tráfico ultramarino que cresce vertiginosamente a partir do século XVII (cf. FAUSTO, 2012), estava sob posse e controle de grandes senhores de terras, patriarcas latifundiários, principais agentes dominadores da grande sociedade agrária brasileira. A fusão desses dois aspectos — a presença do cativo negro e o exercício de poder tradicional do velho patriarcado latifundiário — farão parte de leituras sobre a história da formação econômica e da sociedade de trabalho nacional (cf. SAFFIOTI, 1974; 1985; CARDOSO, 2019).

Mesmo que por diferentes abordagens (ainda que predominando as de filiação marxista), as interpretações da transição do trabalho escravo ao trabalho não escravo e livre convergem em alguns pontos importantes sobre o tema: a formação e o estabelecimento de um Estado capitalista no Brasil se identifica com a *quasi*-inércia e posterior ocaso da escravidão no país; a herança escravista somada à mescla entre instituições sociais tradicionais (tradicional-patriarcalista); dependência forte, especialmente no setor agropecuário, da força de trabalho escrava

<sup>3</sup> Hemeroteca Digital. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 10 abr. 2023.

<sup>4</sup> BNDB - Biblioteca Nacional Digital do Brasil. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/>. Acesso em: 10 abr. 2023.

<sup>5</sup> Como parte de uma pesquisa maior (cf. nota 2), reproduzimos aqui as principais palavras e expressões usadas na investigação para a dissertação que levaram, também, aos resultados de busca reproduzidos em imagem aqui: “cantora brasileira”; “compositora”; “maestrina”; “procura professora”; “professora de bandolim”; “professora de canto”; “professora de música”; “professora de violino”; “professora”; “trabalho feminino”; “trabalho para senhoras”; “trabalho para mulheres”; “criada”; “aluga-se uma moça”.

negra e dependência econômica dos países de capitalismo central; e a introdução de um pensamento social moderno “alienígena” (pensamento capitalista liberal burguês) resulta num estado antissocial que deu acesso aos mecanismos institucionais a apenas alguns grupos sociais, constituindo um grande conglomerado oligárquico (BOSI, 2012; CARDOSO, 2019; SAFFIOTI, 1976, 1985).

Esses pontos possibilitam chegar a algumas consequências do processo: a fundação de um Estado capitalista no Brasil não é condição para a existência de outras formas de trabalho para além da escrava; no entanto, durante a existência legal da escravidão negra e depois dela, a transição resulta em forte degradação do trabalho manual e, por consequência, de seus executores. Adalberto Cardoso (2019) vai dizer que isso aconteceu porque a ética do trabalho oriunda da escravidão foi a desvalorização do próprio trabalho, braçal, do corpo, do relegado aos corpos negros que pagavam com o suor sua existência odiosa e amaldiçoada — discurso religioso cristão. Deus anunciou, com voz barítone e decisiva, a condenação do humano ao trabalho, mas parte de sua criação, a colonizadora, fez a seleção de quais corpos condenar: “E para o homem ele [Deus] disse: [...] Com fadiga tirarás dela [da terra] o alimento durante toda a tua vida. [...] Comerás o pão com o suor do teu rosto [...]” (BIBLIA, Gênesis, 3, 17).

O fim jurídico, mas não social, da escravidão com a lei Áurea em maio de 1888 se encontra com a Proclamação da República brasileira em novembro de 1889. Não só estavam em transição as formas de existir as relações dos mundos do trabalho, como também a ordem jurídica do Estado, transformada forçosamente por um golpe militar (FAUSTO, 2012; MOTA; LOPEZ; SILVA, 2015). Esse Estado nascente se dizia, ou se projetava, capitalista e liberal, ou seja, em referência ao modelo ideal-típico, ajustava a ordem, a regulação “por meio da luta política”, e dava facticidade a organização “dos modos de distribuição dos recursos escassos resultantes da operação automática (garantida pela força) do direito de propriedade privada dos meios de produção” (CARDOSO, 2019, p. 75). Quer dizer, seria o Estado agora um ponto centralizador e regulador das formas de acesso à propriedade privada, às oportunidades de acesso a bens e experiências e aos meios de (re)produção da vida material; regularia também a distribuição de recursos sociais (meios de vida e riquezas).

Com a abolição, a experiência de transição do trabalho escravo ao trabalho não escravo e livre no Brasil não pode ser pensada como um momento uno e geral, senão mais bem fragmentado, longo e que assume ritmos diferentes em diversas partes do país. Portanto, houve diferentes transições (CARDOSO, 2019; cf. NEGRO; GOMES, 2006). No Rio de Janeiro oitocentista, por exemplo, que convivía com um regime escravista diferente de outras áreas menos

urbanizadas do país, em que predominavam os escravos ao ganho, de ganho ou de aluguel, viu-se a coexistência de trabalho escravo e não escravo em algumas mesmas ocupações. Destarte, como existiam pessoas escravizadas, libertas e livres desenvolvendo o mesmo trabalho ou dividindo o mesmo espaço de labor, há de se pensar que seu trabalho era identificado e caracterizado da mesma forma. Em outras palavras, reiterando as ações, os papéis e as posições sociais que lhes eram determinados (guardadas as devidas distinções da leitura social desses corpos que trabalhavam). Houve uma demora na formação de uma população livre. No entanto, independente de qual fosse sua classificação social (trabalhadora ou trabalhador escravo, liberto ou livre), o que importa em relação a esse fato é a correspondência de um grupo social a um tipo de trabalho que lhe é justo fazer. Sendo assim, sabemos que esse grupo de desprestigiados — brasileiros ou não — fará o trabalho sujo, o trabalho desvalorizado, de baixo valor e de menor empreendimento (aos participantes de camadas médias que conseguiam manter pequenos negócios; pequenos comerciantes, por exemplo) (cf. CHALHOUB, 2012), ou seja, o trabalho que os membros das grandes famílias patriarcais, de alto estamento — de “sociedade” — não vão fazer.

Nessa transição, para além de considerar a escravidão na formação socio-econômica nacional, Heleieth Saffioti (1985) nos obriga a nomear esse Estado de capitalista-patriarcal, termo que sintetiza uma agudização das contradições dos modos de produção capitalista e das sociedades de forma patriarcal que se instaura institucionalmente. Acrescenta-se uma variável ao complexo da análise: sexo. A autora identifica que, assim como no capitalismo se hierarquizam as atividades de produção e reprodução da vida, no patriarcalismo se hierarquizam os agentes responsáveis por essas atividades. Somando o referencial marxista a uma leitura feminista das relações sociais<sup>6</sup>, ela chama a atenção para a correspondência e destinação histórica das mulheres ao trabalho reprodutivo. Então, a mulher e o seu trabalho são ao mesmo tempo desvalorizados e subalternizados. A divisão sexual do trabalho estará na base da subordinação da mulher ao homem na experiência das relações sociais, e isso será ainda mais crítico em sociedades de tipo capitalista. E aqui está nosso ponto de inflexão entre relações de trabalho e relações sociais de sexo.

Estamos investigando mulheres e suas atividades profissionais em um determinado tempo histórico. Para fazê-lo, entendemos a categoria adscrita “sexo” como uma distinção biológica e social básica geradora de conflitos e

---

<sup>6</sup> Especialmente pensando a consubstancialidade das opressões sofridas por mulheres trabalhadoras, acenando para a definição de Helena Hirata (2014).



tensões sociais entre os indivíduos<sup>7</sup>, e que se estende para os “mundos” em que participam e trabalham. Logo, precisamos de uma ferramenta conceitual para estudar as relações entre os indivíduos de sexo diferente para que possamos associá-las às teorias sociais que fundamentam nossa abordagem (relacional e processual), baseada principalmente em princípios da sociologia elisiana.

Fazemos, a partir de uma associação teórica coerente, uma aproximação entre as teorias de Norbert Elias e das teorias de materialistas francesas que é pouco usual, senão nova, no âmbito dos estudos de trabalho e gênero. Em nossa abordagem do tema, buscamos por teorias que nos ajudassem a partir de uma ideia de sociedade fundada em relações de indivíduos e posições desses indivíduos dentro de uma figuração configurada em espaço social, uma vez que entendemos que o trabalho das pessoas, direta ou indiretamente, é uma atividade relacional orientado por convenções de um “mundo” que organiza todas essas pessoas e seus trabalhos. Ao identificarmos os sujeitos de pesquisa, mulheres trabalhadoras, necessitávamos de uma ferramenta teórica coerente que nos possibilitasse identificar e compreender como se dão as relações sociais entre indivíduos de sexos diferentes. Daí o cruzamento das teorias de Elias e das autoras francesas através do conceito de relação. Não deixamos de reconhecer a existência de abordagens relacionais no estudo do trabalho, como acontece em pesquisas de Marie Buscatto (2019), mas que usam outras referências. Infelizmente, estas e outras discussões não cabem nos limites deste texto de gênero que nos obriga à supressão de valiosíssimas elucidacões teóricas e contextuais, bem como outras tantas notas explicativas.

Entendemos que as teorias das relações sociais de sexo e suas atividades ou formas de expressão — divisão sexual do trabalho; divisão sexual do poder; e categorização do sexo — (DEVREUX, 2005) são adequadas e coerentes a esse fim.

---

<sup>7</sup> Concordamos inteiramente com o Devreaux (2005, p. 562-563) que a identificação da categoria adscrita sexo não é uma atitude de fundamentalizar diferenças e dividir o mundo binariamente, mas sim um ato social de marcar hierarquias básicas entre indivíduos desde o nascimento, antes de quaisquer outras categorizações possíveis. Nas palavras da autora: “O ponto mais importante reside na acentuação do fato de que as relações entre os homens e as mulheres constituem uma relação social. O gênero diz mais das categorias, da categorização do sexo que, para mim, é o resultado da relação, uma das modalidades pelas quais a relação social entre os sexos se exprime, mas não toda a relação. [...] Uma segunda razão leva-me a preferir o conceito de relação social de sexo ao de gênero: o primeiro nomeia explicitamente o sexo enquanto o segundo termo evita mencioná-lo e o eufemiza. Ora, a referência ao sexo biológico parece-me essencial pois a classificação social dos indivíduos, desde o nascimento, é operada sob esse critério ou, mais precisamente, sob a representação social segundo a qual esse critério é de uma importância primordial para classificar os indivíduos. Psicólogas francesas feministas demonstraram que classificar e definir os indivíduos no nascimento pelo critério da ausência ou da presença do pênis constitui um ato social: essa redução da identidade social ao pênis (ou não) é um ato social. Cada nascimento dá lugar a esse sintético e fundamental ato social. Fundamental para cada indivíduo e seu futuro, pois a partir desse ato de classificação, sua trajetória começa sob o signo da diferença e da hierarquia.”



“Relações sociais de sexo”, tal como definiu Anne-Marie Devreux (2005, p. 582), é um conceito adequado para “estudar as desigualdades entre os sexos, os fatores sociais que as produzem, sua evolução e suas interferências com outras relações sociais em diferentes sociedades”. Concordamos com sua argumentação e defendemos o uso desse conceito porque, diferente de outros criados para analisar problemas sociais em um tempo histórico e de natureza diversa de nossa pesquisa, o conceito de relações sociais de sexo: (i) está fundado na análise de um grupo de relações sociais; (ii) funciona, quando tomado no singular, como uma síntese teórica, ou representação científica, da “unicidade lógica” (DEVREUX, 2005, p. 565) da dominação de homens sobre mulheres e a incapacidade de reduzi-la a outros tipos de relação; (iii) pode ser empregado em qualquer tempo histórico, o que argumentamos por seus princípios básicos<sup>8</sup>, suas formas de expressão das relações<sup>9</sup> e propriedades<sup>10</sup>, já que indica, no plural, as diferentes formas observáveis socialmente de opressão, exploração e de subordinação de um grupo social a outro, o de mulheres ao de homens.

A divisão sexual do trabalho, forma de expressão ou até “desafio que põe em jogo as relações sociais de sexo” (KERGOAT, 2003, p. 846) identifica não só a separação e designação de ofícios e serviços produtivos entre homens e mulheres nos mundos do trabalho produtivo, geralmente desenvolvido no espaço público, senão também o trabalho reprodutivo, doméstico, desenvolvido no espaço privado. Separa e designa o trabalho nos planos coletivo (produtivo e reprodutivo) e individual (na socialização e na formação de identidade). Sabemos que essa divisão sexual do trabalho como resultado de um processo, configurou como geral nos mundos do trabalho homens destinados ao trabalho produtivo e mulheres ao reprodutivo, como dito anteriormente.

Há dois princípios organizadores destas relações (KERGOAT, 2003, p. 847): o de separação, o que quer dizer que há trabalhos “de homem” e “de mulher”; e o de hierarquia, em que o trabalho de homem é melhor (e vale mais) que de mulher. Reiteramos que esse é um resultado geral na média das sociedades<sup>11</sup>, Brasil incluído (ALVES, 2013), mas não uma configuração estática, imutável e exatamente igual em qualquer tempo e espaço.

<sup>8</sup> Práticas sexuadas são socialmente construídas; essas relações têm bases ideológicas e materiais (DEVREUX, 2005).

<sup>9</sup> Divisão sexual do trabalho; divisão sexual de poder; e categorização de sexo (DEVREUX, 2005).

<sup>10</sup> Transversalidade; dinamicidade; e estabelecimento de um antagonismo entre as partes da relação (DEVREUX, 2005).

<sup>11</sup> Segundo Kergoat (2009, p.68) os princípios de separação e hierarquização seriam válidos para todas as sociedades conhecidas “se seus princípios organizadores permanecem os mesmos, suas modalidades (concepção de trabalho reprodutivo, lugar das mulheres no trabalho mercantil etc.) variam fortemente no tempo e no espaço”.

Portanto, falar da escravidão e do patriarcalismo (associado à dominação gerontocrática) (cf. WEBER, 1977) no Brasil é pensar sobre como a sociedade organizava a divisão do trabalho social; como mulheres e homens integrados àquela sociedade participavam e estavam posicionados e organizados nas configurações de relações sociais no espaço social da época. Também orienta o olhar à forma e estrutura daquela sociedade, porque, vista em processo, podemos levar em consideração os elementos mobilizados na construção social da realidade objetiva daquele tempo, na distribuição do poder dentro das relações entre os indivíduos daquela sociedade; bem como orienta a identificação e caracterização daqueles para sua classificação, validação e hierarquização de suas atividades em um mundo social. Assim, podemos ver na escravidão e sua herança e no cruzamento de um espírito capitalista burguês e do patriarcalismo (que engloba a presença de princípios judaico-cristãos professados pela fé católica, religião oficial do Estado-nação brasileiro até a constituição de 1890) os elementos capitais na construção da sociabilidade no Brasil, quer dizer, do modo de ser da ordem social em que cada indivíduo é colocado em “seu” lugar no cruzamento de linhas de força entre os agentes sociais, pondo de encontro suas ações e expectativas.

Entendida como uma situação apreendida em fluxo, a sociabilidade, em processo, tem seu conteúdo — das posições, ações e expectativas recíprocas — atualizado. Então, ao fazermos uma sociologia informada historicamente, nos importa acessar a história para conhecer como as relações sociais se configuraram no tempo, identificar e caracterizar os papéis e as posições sociais estabelecidos à época para compreender quais as possibilidades de ação social dos sujeitos em foco: mulheres trabalhadoras.

Começamos, na seção seguinte, pelo estudo de representações sociais feitas sobre e para as mulheres à época; como essas representações sociais podiam influenciar sua inserção no mundo do trabalho. Observamos as ocupações livres (remuneradas ou não) mais frequentes exercidas por elas. De maneira concisa, falamos sobre as diferentes formas de sociabilidade e relação com o trabalho de mulheres de estratos sociais diferentes — de Ritas Bahianas, Bertolezas e Pombinhas a Guiomares, Lívias e Estelas. Para cada uma delas, damos ênfase às ocupações mais representativas de cada um desses estratos, como a de “criada” para as primeiras e a de “professora” para as últimas.

## **A autora do pecado original: “A mulher” e as mulheres**

*[...] os homens costumam construir teorias para si e outras para as mulheres.*

*Eu e Jimmy, Clarice Lispector*

Estava em curso o desenvolvimento de um Estado capitalista no Brasil do século XIX. Um Brasil que queria fazer-se civilização e civilizado: eis o principal objetivo do projeto de modernização e civilização brasileiro em curso nesse período. Espelhando-se na experiência francesa e inglesa, o país corria, com algumas passadas de desvantagem, uma carreira rumo à economia do capital e à sociedade mais urbana, de modos e cultura burgueses. Visto desde sua capital, o Rio de Janeiro, queria progredir e estabelecer um Estado-Nação à europeia, de espírito capitalista e fachada moderna e liberal, mas antes precisava limpar casas e ruas e ajeitar aparência e maneira bem brasileiras, desordenadas pelos horrores da colonização, desigualdade social, escravidão e fortíssima presença de corpos e culturas não brancas, para pulverizar o passado e o atraso e chegar à “vitória da higiene, do bom gosto e da arte”<sup>12</sup>, fazer-se país moderno, confortável e civilizado<sup>13</sup> (cf. NEEDELL, 2012). Fazer-se pelos feitos de muita gente interessada nessa mudança.

Em execução, esse projeto reconstrói modelos de ação e relação rígidos aos seus indivíduos e instituições — uma nova construção social da realidade. A nova experiência da urbanização gradual, da diferenciação mais complexa entre os membros da sociedade no Rio, a presença do trabalho livre e a nova exigência de mediadores simbólicos entre pessoas e estamentos somaram-se como fatores importantes na delimitação de novos pontos de referência para aquela realidade mais dinâmica dos oitocentos e princípio dos novecentos.

Uma mudança elementar que acontece nesse período é a da família e seus constituintes. Que família? Bem, começamos pela família que estendeu a casa grande e passou a viver também em sobrados, “a família modelo”: branca, católica, aristocrática, de posses e nobre com seus *pater familias* chefes e suas mulheres dóceis e amáveis. Pensando com Elias (2002, p. 45), a família tem

<sup>12</sup> Trecho de “Chronica”, publicada em 1904 por Olavo Bilac (1904).

<sup>13</sup> Paráfrase às palavras de João do Rio (2008) sobre a necessidade da reforma em curso no espaço urbano na cidade do Rio de Janeiro à época, com seus dois símbolos máximos de progresso e civilização em destaque: a Avenida Central, marco da transformação carioca e brasileira, e a Rua do Ouvidor, espaço cosmopolita, artístico e intelectual, de conexão da capital da República com o mundo.

um potencial de transformação das unidades completas das quais fazem parte como unidades parciais justamente porque “inculcam a organização e a integração de funções em crianças individuais que quando adultos serão chamados a continuar, desenvolver e quiçá alterar as instituições do sistema superior [a unidade completa, a sociedade]”. A configuração e representação social desse conjunto de relações institucionalizadas, subfiguração, a família é tocada pelos planos de modernização e civilização do Estado e sua gente, justamente por ser uma parte integrante, relativamente autônoma e constituinte importante da sociedade: entender a família, seus indivíduos e suas relações é entender um germe de transformação social. É nela que encontraremos “a mulher”, ideia-modelo, para as ações e relações dos indivíduos do sexo feminino, da qual falamos a seguir.

Com o espaço fora da casa tornando-se de interesse público, a rua passa a ser um espaço diferente, e com relações igualmente diferentes, da casa que lhe tem anexa. Amplia-se a separação entre os mundos público e privado. O seio familiar, protegido pelas paredes dos sobrados e casarões e cortinas das janelas, preocupa-se mais com a sua privacidade, mudando suas maneiras de estabelecer relações com os indivíduos externos a ele. Essa separação, não abrupta, entre os dois polos opostos impulsionou transformações na arquitetura das moradias abastadas, repensando em como proteger a movimentação e a intimidade das pessoas em seu interior (cf. D’INCAO, 2004). Não só a intimidade e os passos de toda a família, mas principalmente de suas mulheres. Suas imagens e reputações eram de suma importância para medir a nobreza, honra e distinção de uma família (D’INCAO, 2004; PINSKY, 2012; SCOTT, 2012; MONTELEONE, 2019).

“Bela, recatada e do lar”. A mulher, sinhá-mocinha ou sinhá-dona do sobrado e da corte, era o humano do sexo “naturalmente” frágil e dependente de seu superior mais forte, o homem. O lar era seu reino e nele se fazia, vivendo seu mundo possível. A mulher era o útero, o seu corpo, tal como os discursos médico e moralista da época defendiam (PINSKY, 2012; VERONA, 2013). Havia uma “correspondência direta entre ‘faculdades afetivas’ e formas anatômicas que dá legitimidade científica ao discurso” (CHALHOUB, 2012, p. 177) formador de práticas e relações que moldavam as referências do processo de individualização das pessoas.

As diferentes posições e os diferentes papéis de homens e mulheres faziam parte do conteúdo de diversos tipos de relatórios sobre as sociedades ocidentais do século XIX. Pintores franceses como Pierre-Auguste Renoir e Edouard Manet puseram sobre tela suas impressões de cenas e eventos de seu

tempo, registrando a pinceladas mesclas de tons e movimentos de ambientes ao ar livre que lhes era possível acessar com os olhos (GOMBRICH, 1997). Nas figuras 1 e 2, telas desses artistas, vemos representações de multidões em eventos públicos comuns à sociedade burguesa que se expandia na França do século XIX. Há elementos comuns às obras que nos chamam especial atenção: há o registro de pessoas anônimas, indicando suas presenças nas pinturas por silhuetas indiscriminadas de seus rostos ou outras partes de seus corpos, revelando um traço forte da indiferenciação entre os indivíduos nas grandes urbes europeias. Essa consequência da evolução das sociedades humanas (cf. ELIAS, 1990) impulsionaria o desenvolvimento de mecanismos de diferenciação e distinção dos indivíduos entre si a fim de demarcar seus papéis e posições sociais em espaços de relação. Daí que eventos públicos como concertos de música e bailes eram espaços comuns a membros (da burguesia francesa à época) estarem para ver e serem vistos, apresentar-se aos pares em mesma situação de classe e construir relações e associações. Mais do que sublinhar a representação de um espaço típico de sociabilidade burguesa, podemos ver que ambas as pinturas colocam em evidência as expectativas de imagem e comportamento de homens e mulheres: senhoras aparecem sentadas (imóveis), sozinhas ou próximas a outras mulheres, possivelmente falando sobre assuntos que lhes dizem respeito, tal como os últimos romances lidos, as árias de ópera preferidas, coisas do lar e etc. Se estão em movimento, seja de pé próximo a um grupo, seja dançando, vão acompanhadas de um homem. Já os senhores, os vemos principalmente de pé (móveis), arrodados de outros barbados, certamente discutindo sobre as últimas manchetes políticas, assuntando sobre economia e ciências. Disso podemos interpretar quão forte e presente eram as diferenças entre os sexos; que a importância e o papel de cada um desses grupos sociais não eram os mesmos. Foi aquela sociedade francesa uma referência no projeto de modernização ao Brasil novecentista.

**Figura 1** – Dance at Le Moulin de la Galette de Pierre-Auguste Renoir (1876)



**Fonte:** Captura de tela da obra no acervo do *Google Arts & Culture*<sup>14</sup>.

**Figura 2** – A Musique aux Tuileries de Edouard Manet (1862)



**Fonte:** Captura de tela no site do Museu de Arte para a Pesquisa e Educação (MARE)<sup>15</sup>.

<sup>14</sup> Conferir em: <https://artsandculture.google.com/asset/dance-at-le-moulin-de-la-galette/rQEx7CtGiKE3yg>. Acesso em: 10 set. 2021.

<sup>15</sup> Conferir em: <https://blog.ffelix.eti.br/libreoffice-writer-iniciar-numeracao-a-partir-de-determinada-pagina/#:~:text=V%C3%A1%20em%20Inserir%20%20E2%86%92%20Quebra,op%C3%A7%C3%A3o%20Alterar%20n%C3%Bamero%20da%20p%C3%A1gina>. Acesso em: 10 set.2021.



Como num cânone, a caracterização corporal e sentimental/temperamental dos sexos se repetia em parença uma com a outra: ser mulher é ser constituída de fragilidade física que lhe dava “delicadeza e debilidade da constituição moral”, e lhe obrigava a viver “sob a proteção do homem, [...] cuidar do lar e dos filhos”; estar destinada a amar e sentir (mais) em suas relações. Seu oposto, o ser homem, é “pelo vigor físico e pela força moral” que se relaciona racionalmente com o mundo e com as pessoas; sempre austero e duro, goza a vida sensualmente (CHALOUB, 2012, p. 178).

Ainda sobre as mulheres, sua honra, sinônimo hiperbólico de virgindade, era assunto de família, em outras palavras, controlada pelo homem responsável por sua “propriedade”, seja ele um “pai” ou “irmão mais velho”. Quer nas relações conjugais, quer não, “esta dominação se justifica... em uma espécie de compromisso entre pai e o poder médico”, em que o patriarca dos tempos coloniais, já sem a possibilidade de dominar toda sua família, agregados e dependentes, terras e escravos, ao cidadão civilizado lhe restava a “propriedade privada da mulher” como mais uma de suas coisas (CHALOUB, 2012, p. 179).

Fortemente dependente de uma figura masculina, a mulher dos oitocentos e início dos novecentos brasileiros tinha o destino (quase) escrito: ser filha submissa às figuras do pai e do irmão mais velho; ser esposa, após o contrato social e político firmado entre o pai da moça e o pretendente; ser mãe, como fim natural de sua existência.

Como filha, é casta e honrada, atenta aos mandos da mãe. Deve aprender algumas prendas domésticas e demandar tantas outras à criadagem (escravizada e/ou livre). Chegado o tempo das “regras” — menarca e início dos ciclos menstruais —, era hora de buscar casamento. Apresentada à sociedade como produto novo no “mercado casamenteiro” em eventos de sociedade, no mundo público/na rua (festas de corte, bailes e saraus em grandes salões, igrejas e teatros, espaços aos quais voltaremos mais tarde). Depois de consultada pelo namorado, a beliscões mais no início do século, ou cartas pomposamente românticas, rumo à segunda metade dos oitocentos e início dos novecentos (RAGO, 2004), recebidas com autorização do pai ou irmão mais velho e uma figura religiosa próxima à família, trocam-se, finalmente, prestígios, posses e os papéis sociais d’A mulher.

Agora é esposa, e “há de ser boa esposa, modesta, solícita e econômica” (ASSIS, 1994, p. 336). E muito em breve será uma “boa mãe de família segundo alguns padres-mestres da civilização, isto é, fecunda e ignorante” (ASSIS, 2019, p. 23), responsável pela boa educação moral de sua prole e da formação do homem honrado do futuro. Está formada a família tradicional, unindo entes opostos em relação de dominação e dependência de uma pelo outro formando



os laços pelo amor aos filhos. Preludiavam as sagradas escrituras este destino: “Para a mulher ele [Deus] disse: ‘Multiplicarei os sofrimentos de sua gravidez. Entre dores darás luz aos filhos. A paixão te arrastará para o teu marido, e ele te dominará’”. (BIBLIA, Gêneses, 3, 16).

As luvas de “filha”, “mãe” e “esposa” calçavam bem as mãos brancas das mocinhas e senhoras dos sobrados, mas apertavam os punhos “desajustados” das que se amontoavam em quartos, pensões, mocambos ou cortiços, entre a parentela e as amizadas. Mulheres de baixas posições sociais, pretas, pardas, mestiças tinham outra forma de estar no mundo marcada diretamente pela contravenção forçada dos modelos rígidos de “ser mulher” contemporâneos.

Em primeiro lugar, mulheres pobres necessariamente trabalhavam. Isso fazia com que a natureza de sua relação com os homens se transformasse. A partir disso, vemos que essas mulheres tinham uma maior independência das figuras masculinas com quem se relacionavam no mundo da “casa”, já que a “rua” também era seu espaço. Em sua situação de trabalhadoras, ter renda própria e construir relações públicas e privadas sem mediadores lhes permitia viver por sua própria conta.

No entanto, a vida independente não resultava em desamparo e solidão. Pessoas pobres de ambos os sexos construíam e configuravam suas relações por outros meios. O amasamento era, nesse grupo social, segundo Sidney Chalhoub (2012), uma forma de mobilizar e acessar a solidariedade de amigos, parentela e compadrio do casal, como uma via à sobrevivência.

Vale destacar que a sociabilidade de pessoas pobres se dava por relações de solidariedade entre entes que se entendiam como rigorosamente iguais. Em coexistência numa mesma posição no espaço social, a formação de redes de solidariedade era comum para a potencialização da sobrevivência. Participar dessas redes era vital para muitos indivíduos em situação social de carência, uma vez que a rede se estabelecia para amenizar ou resolver problemas dessa gente: moradia, fome, criação e cuidado de crianças. Assim, um casal pobre seria uma unidade ativa de acesso a uma rede de solidariedade em algum espaço social.

Nessas redes, geradas entre iguais — em relação a sua posição social —, construía-se a interação entre seus participantes baseada em deveres de reciprocidade, em relações dadas (MAUSS, 2015), em que o favor<sup>16</sup> e a consideração

---

<sup>16</sup> Esses favores aqui são entendidos como “bens” para a troca e geradores de sociabilidade entre pessoas que se entendiam como iguais, ou seja, que não existia um desequilíbrio de poder entre os indivíduos em relação. O que será diferente do *favor* como mediador de uma relação de dependência entre desiguais, como propõe Roberto Schwarz (2000).

eram os presentes que se trocavam obrigatoriamente. Era um tipo de relação séria que se (re)fazia em deveres diários: receber fulano pra jantar; olhar os filhos de beltrano; visitar sicrano na data e hora que se prometeu; ajudar a levantar as paredes da casa de um outro etc.

Voltando às mulheres, solteiras ou casadas, elas constituíam importantes nós dessas redes. Chalhoub (2012) nos mostra em sua pesquisa como o trabalhar era não só necessário como muito importante para a construção do *status* social e da identificação das senhoras humildes em seus ciclos de convivência: ser trabalhadora, independente do que se fizesse, era critério importante para integrar-se como pessoa honrada à rede de solidariedade. Em tempos em que já se ensaiava a política da “anti-vadiagem” (cf. CARDOSO, 2019), o controle da mão de obra livre a novas formas de trabalho; já se experimentava a honra e a dignificação pelo trabalho. Chalhoub acrescenta que as mulheres eram as principais prestadoras de serviços dádivosos — como interpretamos — às redes de solidariedade.

Podemos concluir que, para as senhoras de segmentos populares, ser esposa não era um imperativo, não significava completa submissão a uma figura masculina tampouco um contrato econômico-político entre famílias, mas sim uma formação de uma unidade de sobrevivência para penetrar e/ou ampliar o acesso a uma rede de solidariedade entre “iguais” construídas a partir desse amasiamento, em formas mais flexíveis — sem o compromisso da união eterna, por exemplo. Ser mãe não era o fim máximo de sua existência, mas uma parte da vida que acontecia eventualmente em suas vidas e era possível ria-los sem “um pai”. Ser filha é começar cedo a seguir os passos da mãe para aprender a trabalhar dentro e fora de casa.

Assim, vemos como os modelos rígidos têm menos condições de existir entre as senhoritas e senhoras das baixas posições sociais. No entanto, esses ainda sim continuam como referências aos papéis sociais de sexo nesse contexto. Mesmo as mulheres mais independentes continuam responsáveis pelos trabalhos reprodutivos e vivendo do trabalho remunerado na “rua” que é, em sua maioria, uma extensão do que está delegada a fazer dentro de casa. Continuavam como principais responsáveis por sua prole, geralmente em “guarda compartilhada” como outras mulheres-mãe (avós, amigas, sogras, tias...) (MONTELEONE, 2019; CHALHOUB, 2012).

Os modelos rígidos de ser mulher eram, então, assimilados parcialmente pelas senhoras mais do povo. É como tocar uma mesma música em instrumentos diferentes: o timbre altera o resultado sonoro.

## **Multiplicação do sofrimento e do suor: As mulheres e o trabalho (possível) dentro e fora de casa**

*Meu senhores... ninguém nota que eu existo... Mas, ...eu juro que existo!  
Muito, até.*

*Trecho, Clarice Lispector*

Sinhás e senhoras de chapéus e sombrinhas de renda poderiam e/ou deveriam trabalhar? E as moças dos vestidos de barra suja, com que trabalhavam? Sabemos que a mulher das capas médias e altas da sociedade brasileira, nos últimos quartos do século XIX, de maneira geral, passaram a receber novas incumbências para além da gerência do lar. A vida feminina das famílias do sobrado muda com seus papéis.

A mulher, agora mais presente no mundo público/na rua, precisa, como filha, mostrar-se casta e prendada, teclando o piano e cantando agradavelmente as árias ou modinhas do momento, além de lidar bem com linhas e agulhas e saber comandar bem a criadagem. Depois de polcar e valsar<sup>17</sup> com o par escolhido ou designado para a vida, como esposa, será inteligente. É mulher que conhece línguas e estabelece relações públicas para ser boa anfitriã e companheira do ciclo social do marido (TINHORÃO, 2001; SOUZA, 2013). Boa mãe, higiênica e dedicada, participa cada vez mais de uma relação com as crianças e é responsável pelo desenvolvimento moral dos filhos e pela formação adequada dos novos cidadãos da nação (SOUZA, 2013; HAHNER, 2012). É “mãe cívica”, responsável pelo fortalecimento da raça (RAGO, 2004; cf. PINSKY, 2012)

Assim, para além de aumentar o seu valor simbólico no mercado caseiramente, a educação (escolar, religiosa ou feita em casa) primária e secundária de meninas estava dedicada, também, ao aprendizado das prendas do sexo e de habilidades desejáveis à boa “esposa pública” — aprender línguas, tocar o piano e cantar com esmero, estabelecer relações públicas eram esperadas e necessárias à mãe. A maternidade, como assunto político e de Estado, impulsionou o sistema educacional da época e possibilitou uma ampliação da escolarização feminina. Desse modo, a mulher inteligente, dedicada aos filhos, ao mari-

<sup>17</sup> José Ramos Tinhorão (2001, p. 109-200) argumenta que as festas públicas em salões de sociedade e eventos de família nobre eram a oportunidade de contato visual e corporal entre pessoas do sexo oposto durante os momentos de baile desses eventos. A partir da análise de romances do século XIX, o autor entende que essa prática de aproximação física era legítima, coisa com a qual concordamos, tendo em mente o caráter ritual e mediador de relações para seus participantes. Ver, ser visto e construir relações públicas pelo casamento, pelo pecúlio e pela política — pontos de relação direta com a referência da sociedade burguesa da França, aquela mesma no quadro de Manet (Figura 2).

do e ao lar, desenhava a forma de mulher “trabalhadeira”, “epíteto elogioso” (PINSKY, 2012, p. 641) que perdurará no tempo e avançará ao século XX juntamente a seu derivado oneroso e vexador — neste nível social —, o de mulher “trabalhadora”. Aliás, e as mulheres trabalhadoras, quem são? Eram mulheres de todas as cores, idades e posições sociais que desempenhavam algum tipo de trabalho produtivo e/ou reprodutivo, remunerado ou não, quase sempre fora do ambiente doméstico. No entanto, suas características adscritas (especialmente raça/cor), o *status* social e as representações sobre seus corpos regionalizavam seus espaços de trabalho e funções.

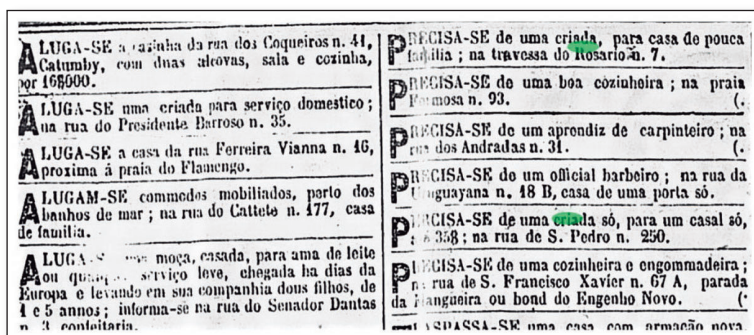
Começemos pelo trabalho doméstico. As mulheres dos sobrados e casarões também o faziam. Eram responsáveis por parte do trabalho doméstico gratuito; no entanto, a maior parte desse serviço era realizado por negras escravas e mestiças pobres, as mulheres das senzalas, mocambos e cortiços. Às sinhás dos casarões, o tipo de trabalho (possível) será outro. A todas as outras, são mulheres que os modelos rígidos não podiam moldar, uma vez que a rua era seu espaço, o trabalho era uma necessidade, ser trabalhadora era sua sina. É com elas e a partir delas, mulheres das camadas populares, que poderemos conhecer as primeiras formas de trabalho remunerado realizado por mulheres naquele contexto.

Lavar, passar, engomar, cozinhar, costurar, vender: verbos que predicam sujeitos femininos geralmente identificados como criadas. Mesmo antes da abolição da escravidão em 1888, o trabalho doméstico delegado a outras mulheres se dividia entre criadas negras escravas e mestiças livres. Joana Monteleone (2019) nos informa que em 1870, 71% das mulheres ativas no Rio de Janeiro estavam ocupadas como criadas. Acrescenta que, mesmo livres, muitas mulheres trabalhavam por “casa e comida”, sem remuneração. Com o fim do tráfico de escravos, a prática da delegação deste serviço pesado permaneceu, deixado ao grupo de mulheres das posições sociais mais baixas e desprestigiadas, sub-remuneradas, em posições subalternas e degradantes, “vistas pelos patrões como disponíveis sexualmente, invisíveis dentro dos sobrados” (MONTELEONE, 2019, p. 2).

Mais uma vez percebemos a relação estreita existente entre a configuração dos papéis sociais da mulher modelo e a identificação das ocupações destinadas aos diferentes tipos de mulheres, as que cabiam no modelo e as que não cabiam. A serviço das famílias “distinctas”, as criadas cuidavam de suas roupas, de sua alimentação e da conservação de seu lar. Suas ocupações eram, dentro das casas, de cozinheira, lavadeira, passadeira, costureira (desde remendos à produção completa de prendas de vestir), faxineira, confeitadeira e pajem. Fora das casas, trabalhavam como vendedoras ambulantes de doces e quitutes confeccionados por elas

mesmas, mas com ganhos voltados à renda da família “empregadora”. As criadas também eram importantes responsáveis por parte dos ganhos de uma família dita de sociedade (cf. MONTELEONE, 2019). A Figura 3 mostra anúncios típicos de oferta e demanda de criadas e “moças para alugar” na seção de classificados de um periódico do Rio de Janeiro; a Figura 4 apresenta um curioso anúncio de demanda de “duas moças sérias” por um apartamento na Lapa (RJ) que contenha “quarto para criada”, mulheres diferentes associadas pelo serviço que uma presta às outras; e a Figura 5 traz um registro fotográfico de uma possível criada trabalhando em uma de suas múltiplas atividades, a de aguadeira, no Rio Grande do Sul, situação de trabalho que certamente se repetiria no Rio de Janeiro.

**Figura 3** – Anúncio de oferta e demanda do serviço de criadas e “moças para serviço doméstico”, Rio de Janeiro, 1890



Fonte: Gazeta do Povo (RJ), 1 de janeiro de 1890. Captura de tela do acervo da Hemeroteca Digital.

**Figura 4** – Anúncio de demanda por apartamento na Lapa, Rio de Janeiro, 1895



Fonte: Gazeta do Povo (RJ), 1 de maio de 1895. Captura de tela do acervo da Hemeroteca Digital.



*“O legado de Eva”: representação social de mulheres e seu trabalho no Rio de Janeiro na virada do século (XIX – XX)*

**Figura 5** – Aguadeira, fotografia da coleção Pedro Corrêa do Lago, Rio Grande do Sul, 1900



**Fonte:** Brasileira Fotográfica da Biblioteca Nacional Digital, acervo do Instituto Moreira Salles.

É importante ressaltar a muito frequente violência sexual sofrida por estas mulheres, criadas, de seus patrões. Seguindo Lélia González (1984), essas mulheres, principalmente negras, ainda que livres, eram (e são) tratadas como objetos de posse do homem que as empregava, emulando senhores de escravos com suas pretas de brinquedo, as escolhidas para o estupro. Na Figura 6 vemos uma charge com duas mulheres: uma senhora branca conversa com outra negra, como numa situação de contratação de serviço, ou um momento de confidências da primeira; a senhora sentada, inerte no ambiente doméstico, solicita fidelidade (e cumplicidade) de sua potencial criada, ao que sua interlocutora, de pé e certamente preparada para sair à rua, já que tem uma guarda-chuva consigo, redarguiu que não permitiria jamais “lambanças” por parte do marido da patroa acontecerem sem lhe dar notícias. O título da charge é *Criados por anuncio*, em tom satírico, Julião<sup>18</sup> (que supomos ser homem) denuncia e desdenha de uma possível conversa constrangedora e comum entre patroa e empregado, antes ou depois da contratação dos serviços da criada que, seguramente, foi contatada por um anúncio de jornal.

---

<sup>18</sup> Não conseguimos maiores informações sobre a autoria desta charge.



Figura 6 – “Criados por anuncio”, autor desconhecido, Rio de Janeiro, 1900



Fonte: Gazeta de Notícias (RJ), 26 de junho de 1900. Captura de tela do acervo da Hemeroteca Digital.

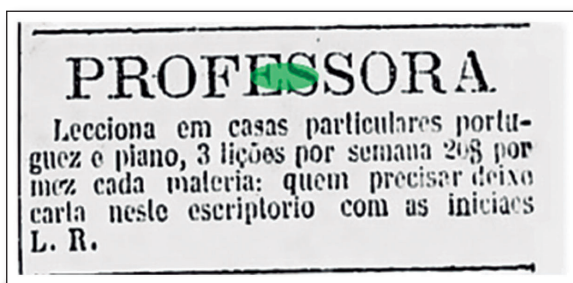
Quem não trabalhasse como criada, como ganhava a vida? Para além do trabalho no campo, de ganhar a vida como vendedoras de rua ou prostitutas, as mulheres trabalhavam em fábricas. Até o ano de 1920, o Rio de Janeiro concentrava o maior número de operários e operárias do país. A industrialização brasileira, iniciada em meados do século XIX, atraiu um numeroso contingente de imigrantes europeus ao país. “Sabemos, entretanto, que era significativo o número de mulheres e crianças [...] era maioria em nossas primeiras fábricas. [...] Em 1890, existiam no Brasil 119.581 mulheres estrangeiras contra 231.731 homens” (RAGO, 2004, p. 768). Mulheres, estrangeiras ou patrícias, eram numerosas na indústria têxtil, mas “ausentes dos setores como metalúrgica, calçados e mobiliário, ocupados pelos homens” (RAGO, 2004, p. 768). Ana Scott (2012) observa que a nova concepção de “família conjugal moderna”, especialmente durante a *Belle Époque* brasileira (1898-1914)<sup>19</sup>, que reconstrói o papel das mulheres dentro dessa instituição, afasta as mulheres trabalhadoras das fábricas. A autora apresenta que, no primeiro recenseamento brasileiro, registrou-se 76% de trabalhadoras nas fábricas do país, número que cai a 20% em 1950 (SCOTT, 2013). Concordamos com sua leitura e a de outras autoras (PINSKY, 2012; MARQUES, 2016) de que os principais fatores que explicam esse fato é a representação social da mulher que salientava sua suposta natural fragilidade (VERONA, 2013). Essa representação convertida em ação apregoava que as mulheres deveriam estar voltadas ao lar e deveriam dedicar-se inteiramente aos papéis de mãe e esposa. Os resultados desse fenômeno eram: a exclusão de mão de obra feminina, diminuindo assim a concorrência com a mão de obra masculina. A primeira era tida como indesejada e inapta ao trabalho pesado, e a segunda era a desejada — a que não engravidava, a que era capaz e tinha presença legítima no trabalho fabril; além do mais, soma-se à lista de variáveis do discurso que afastava as mulheres pela ideia do ambiente das fábricas ser perigoso à honra e à moral das senhoras.

No final do século XIX, após a abolição, viu-se também uma expansão do trabalho de mulheres no espaço público em funções de baixa exigência intelectual, mais rotinizadas e mecânicas. Às mulheres mais pobres, restava o trabalho honrado para senhoras, aquele que os homens não queriam fazer e tampouco as corromperia. Geralmente eram serviços pessoais e de produção (anacronicamente falando) — garçonetes, vendedoras, secretárias, tipógrafas, datilógrafas, taquígrafas (Figuras 10 e 11) etc. Àquelas de maior capital econô-

<sup>19</sup> Seguimos definição e datação do período feita por Jeffrey Needell (cf. 2012).

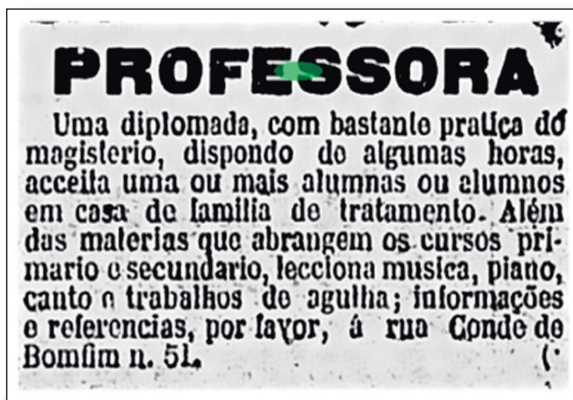
mico, na ausência de um homem provedor, permitia-se o trabalho em serviços sociais, geralmente, ligado à prática da docência, em ambientes domésticos (Figuras 7 e 8) e institucionais (Figura 9). Vale lembrar que, com ou sem seu homem, o trabalho filantrópico (Figura 12), associado à igreja, faz parte de suas possibilidades de atuação profissional, mas também em ocupações ligadas ao cuidado, como enfermeiras e parteiras, e ensino, como professoras (PINSKY, 2012; RAGO, 2004).

**Figura 7** – Anúncio de serviços de professora (i), Rio de Janeiro, 1901



**Fonte:** Gazeta de Notícias (RJ), 5 de janeiro de 1900. Captura de tela do acervo da Hemeroteca Digital.

**Figura 8** – Anúncio de serviços de professora (ii), Rio de Janeiro, 1901



**Fonte:** Gazeta de Notícias (RJ), 5 de janeiro de 1900. Captura de tela do acervo da Hemeroteca Digital.

Figura 9 – Anúncio de serviços de professora (iii), Rio de Janeiro, 1901

**AMA DE LEITE**  
Precisa-se de uma que se alugue sem o filho. Trata-se na rua do Rosario 56, loja, das 9 às 3.

**OURO**  
Compram-se joias velhas, ouro, prata e brilhantes, é quem paga mais ! aproveitem a ocasião ; rua da Uruguayana n. 9, ourives, perto do largo da Carioca.

**PROFESSORA PORTUGUEZA**  
Lecciona grammatica, historia, geographia e litteratura portugueza, francez theorico e pratico, musica e leitura escripta para cegos, methodo Dr. Mascaro. Lecciona tambem os mais delicados bordados a branco; lãs, sedas, ouro, prata, cabelo e applicações.  
Só aceita discipulas de familias respeitaveis. Carta com o nome e morada a Mme. Souza Pereira, no escriptorio da Gazeta de Noticias.

Fonte: Gazeta de Notícias (RJ), 1 de fevereiro de 1901. Captura de tela do acervo da Hemeroteca Digital.

Figura 10 – Anúncio de oferta de vagas a moças com formação musical para trabalhar como compositoras [de documentos] musicais, ou seja, taquígrafas, Rio de Janeiro, 1892

**TRABALHO PARA SENHORAS**  
Precisa de mais algumas moças para a officina de composição musical, exige-se que saibão bem elementos de musica, Casa Bevilacqua.  
Rua dos Ourives n. 43.

**LYCEO DE ARTES E OFFICIOS**  
As alumnas da aula de musica acharão emprego na officina de composição musical, na Casa Bevilacqua. 43 rua dos Ourives 43.

Fonte: Jornal do Commercio (RJ), 24 de maio de 1892. Captura de tela do acervo da Hemeroteca Digital.



Figura 11 – Texto que divulga curso de formação para mulheres para trabalharem como compositoras [de documentos] musicais, taquígrafas, Rio de Janeiro, 1891

**Nova profissão para mulheres**

De dia para dia as mulheres vão sendo admitidas a cooperar com o homem no mundo das indústrias.

A divisão do trabalho já fez das fabricas de tecidos um verdadeiro centro de trabalho de mulheres e crianças.

Nos serviços publicos as vemos como empregadas do Estado, no telegrapho e no correio.

Todo o nosso serviço telephonico depende hoje principalmente dos agentes, que são também mulheres.

Agora apparece a divina arte da musica offerecendo com seus encantos mais um meio de vida honesta ás mulheres, que amão o trabalho, desde que este seja compativel com suas forças.

E' principalmente por esse lado humanitario que a *Tachygraphia Musical Tessaro* deve ser considerada como um grande systema, que se irá pouco a pouco generalizando forçosamente, porque, além de ser bello, é utilissimo.

Com effeito, pela *Tachygraphia Tessaro* uma moça, conhecendo elementos de musica e depois de algum tempo de aprendizagem, está preparada para fazer trabalho sufficiente, que lhe dá um salario muito mais remunerador do que qualquer outro serviço commum.

Tendo para o Brazil a concessão deste systema, a casa Bevilacqua, á rua dos Ourivos n. 43, aceita as pessoas que desejarem fazer a sua aprêndizagem, com que poderão dentro de pouco tempo trabalhar, ganhando nas officinas de composição e impressão musical do mesmo estabelecimento o necessario para a subsistencia e para a vida.

Ter uma profissão honesta é hoje o que todos desejão, porque é uma lei natural que nos obriga ao trabalho e por isso consideramos o systema da impressão musical pela *Tachygraphia Tessaro*, não só vantajoso para a arte, como util e humanitario, por offerecer ás moças mais um meio facil e digno de terem no salario do seu trabalho os meios de prover ás necessidades da vida.

Além disso, nada mais consolador, quando se trabalha, do que ter a certeza de que se está compondo as harmonias com que todos nós deliciasmos e confortamos o espirito.

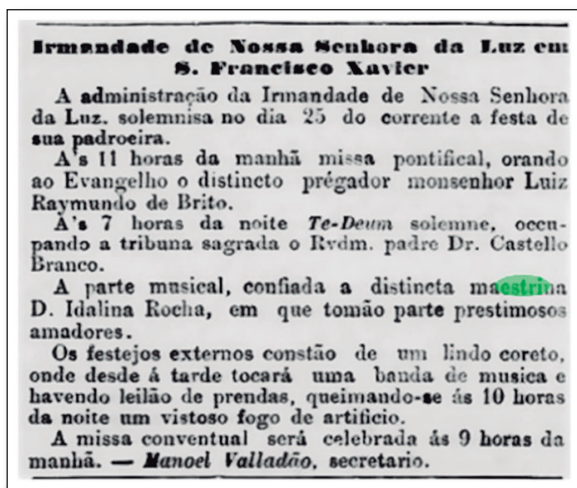
Na nossa cidade, onde tantas familias pobres e honestas necessitão de trabalho, a nova profissão de *compositora musical* vai, de certo, ser muito ambicionada.

Para exercer esta profissão basta procurar a casa de pianos e musica Bevilacqua.

(Do *Jornal do Commercio*.)

Fonte: Jornal do Commercio (RJ), 19 de setembro de 1891.  
Captura de tela do acervo da Hemeroteca Digital.

Figura 12 – Anúncio de festividade religiosa promovida, Rio de Janeiro, 1890



Fonte: Jornal do Commercio (RJ), 21 de dezembro de 1890.  
Captura de tela do acervo da Hemeroteca Digital.

Dentre outras coisas, é importante destacar uma característica verificada nas relações sociais de sexo dentro do trabalho: a confusão entre as noções de qualificação ao labor (ou profissional) e qualidades pessoais. Danièle Kergoat (2003) mostra que há um “deslocamento de tensões” das relações entre homens e mulheres no mundo do trabalho, na medida em que homens no trabalho têm suas competências profissionais desassociadas de suas qualidades individuais, o que não ocorre para as mulheres. Ou seja, na vida laboral, as mulheres têm suas habilidades e competências associadas às “coisas de mulher”: ser “atenciosa”; “cuidadosa”; “minuciosa”; “solícita”; “subordinada” etc. Portanto, num âmbito subjetivo da divisão sexual do trabalho, que diz respeito a como o trabalho se relaciona com a formação de identidade e a autoimagem dos indivíduos, mulheres sofrem mais com a desaprovação e a falha no labor, pois, ao serem desqualificadas por suas competências profissionais, sentem-se desqualificadas enquanto “pessoas”. Mais ainda: ao associar habilidades às qualidades próprias de ser mulher, o trabalho feminino passa a ser relacionado a atividades que não necessitam de qualificação formal, o que justificaria sua desqualificação e subalternização em relação ao trabalho masculino. Este último tema é também importante para orientar uma leitura da subjetividade das mulheres “trabalhadeiras” e trabalhadoras.

## Depois do Eden: conclusões

Estava em curso um projeto de modernização e civilização das estruturas físicas e sociais do Brasil. Ideais e costumes transformavam-se no decorrer de transições do trabalho escravo ao trabalho livre; do império à república; da condição semicolonial à experiência de república federativa de estados unidos moderno independente. Um dos nossos pontos de foco, a família, é uma das instituições em que pudemos acompanhar características dessas transformações. Incorporada no *habitus* de seus membros, e presente no processo de tornar-se indivíduo de cada um deles e cada uma delas, observamos como uma determinada forma de pensar e um grupo de ideias e comportamentos instauram-se como “espírito”, construindo novas instituições e papéis sociais para os indivíduos.

Aprendizes de Weber (2004; cf. 1997), fizemos o que o sociólogo alemão considerava um dos objetivos principais da Sociologia: compreender de que maneira ideias se efetivaram na realidade histórica. Das ideias de modernização, progresso e civilização, tivemos as consequências: mudanças nas formas de agir e comportar de homens e mulheres.

Interpretamos que os novos modelos rígidos de “ser mulher” surgem como consequência, e não por causa, do dito processo modernizador corrente no Brasil à época. Esses novos modelos rígidos, condensados nos papéis sociais de “filha”, “esposa” e “mãe”, estabeleciam os limites de comportamento e ação dos indivíduos do sexo feminino em geral, mas, como argumentamos, eram assimilados de forma distinta por pessoas de estratos sociais diferentes. Assim, desenvolvemos quais eram as formas ideais dos modelos; quais os corpos que mais os assimilavam, mulheres brancas de estratos superiores, e quais menos (e até subvertiam suas regras em alguma medida), mulheres negras de estratos baixos. Ainda sobre os modelos, mostramos que essa disparidade de assimilação dos papéis sociais de forma unívoca na sociedade acontecia porque o cumprimento das expectativas de “ser mulher” dependia das condições sociais em que as mulheres mesmas viviam.

Condições sociais essas que associavam mulheres ao trabalho de maneira também diferente. Concluímos que (i) às mulheres de posições sociais superiores, devido ao seu processo de socialização, dedicavam-se a profissões ligadas às “prezadas do bello sexo”, o que é dizer, um prolongamento das atividades reprodutivas no ambiente produtivo. Assim, estavam livres para ocupar-se em atividades de ensino, cuidado e de menor “demanda intelectual” uma vez que já estivessem ausentes as figuras masculinas que lhes proovessem sustento. No caso das (ii) mulheres de posições sociais inferiores, especialmente negras, privadas



de instrução formal e com a necessidade constante de trabalhar para viver, a ocupação guarda-chuva “criada” será seu principal destino.

\*

Poderíamos sintetizar o que foi dito como uma analogia: imaginemos o público de um espetáculo de ópera num grande teatro. Se procurarmos as mulheres na plateia, perceberemos que senhoras que ocupam posições sociais diferentes estariam sentando-se em lugares distintos e separados da plateia. Vimos que ser trabalhadora é importante para as mulheres pobres, pois é essa sua forma de acesso às redes de solidariedade em que se goza de favores essenciais à vida em penúria nos subúrbios citadinos. Portanto, se uma mulher trabalhadora está na plateia, assiste ao espetáculo lá dos últimos assentos — ou certamente escuta irregularmente o que acontece no palco enquanto limpa os corredores da antessala ou os camarins e bastidores. Ser “trabalhadeira” é condição para a formação completa de uma mulher de sociedade e para a perseguição de seu destino a um bom casamento; junto à criadagem ou independentemente desta, a mulher trabalhadeira dominará o lar e será parte ativa na reprodução da vida dentro da casa, seu mundo principal. Encontramo-na em belo traje, em um camarote alto e com binóculos e por detrás do ombro do marido, acompanhando os eventos que acontecem no palco.

## REFERÊNCIAS

ALVES, A. E. S. Divisão sexual do trabalho: a separação da produção do espaço reprodutivo da família. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 271–289, ago. 2013. DOI: 10.1590/S1981-77462013000200002. Disponível em: <https://www.tes.epsjv.fiocruz.br/index.php/tes/article/view/1423>. Acesso em: 20 mar. 2023.

ASSIS, J. M. M. de. **Todos os contos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

ASSIS, J. M. M. de. **Helena**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. vol. I

BILAC, O. Chronica. **Kósmos**, Rio de Janeiro, v.1, n. 3, maio 1904. (Hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital). Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=146420&pesq=Olavo%20bilac&pagfis=167>. Acesso em: 20 mar. 2023.

BECKER, H. **Para hablar de la sociedad**: la Sociología no basta. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2015.

- BÍBLIA. A. T. Gênesis. In: **BÍBLIA** 50. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. [1567].
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: DIFEL, 1989.
- BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- BUSCATTO, M. Exploring gender in music... to better grasp musical work. In: SMUDITS, A. **Roads to music sociology**. New York: Springer Berlin Heidelberg, 2018, p. 8.
- CARDOSO, A. **A construção da sociedade do trabalho no Brasil**: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades. Rio de Janeiro: Amazon, 2019.
- CHALHOUB, S. **Trabalho, lar e botequim**. 3. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 2012.
- CELLARD, André. A análise documental. In. POUPART, Jean *et al*; NASSER, Ana Cristina. **A pesquisa qualitativa**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.
- DEVREUX, A.-M. A teoria das relações sociais de sexo: um quadro de análise sobre a dominação masculina. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 20, n. 3, p. 561–584, dez. 2005.
- D’INCAO, M. Â. Mulher e família burguesa. In. DEL PRIORE, M.; BASSANEZI, C. B. **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004, p. 223-240.
- DUBAR, C. **A crise das identidades**. São Paulo: Ed. da USP, 2009.
- DUBAR, C. **A Socialização**: construção das identidades sociais e profissionais. Porto: Porto Ed., 2001.
- ELIAS, Norbert. **Compromiso y distanciamiento**. Barcelona: Península, 2002.
- ELIAS, N. **La sociedad de los individuos**. Barcelona: Edicions 62, 1990.
- FAUSTO, B. **História do Brasil**. 14. ed. atual. e ampl. São Paulo: Ed. da USP, 2012.
- GIORDANO, Rafaela Boeira. **Do jornal à ciência**: a hemeroteca digital brasileira como fonte de informação para a pesquisa científica. Rio de Janeiro, 2016. Tese (Doutorado) - IBICT/UF. Rio de Janeiro-ECO, 2016.
- GOMBRICH, E. H. J. **La historia del arte**. London: Phaidon, 1997.
- GONZALES, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. São Paulo: **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984.

- HAHNER, J. E. Honra e distinção das famílias. *In*: HAHNER, J. E. (Org.). **Nova história das mulheres**. São Paulo: Editora Contexto, 2012. p. 9-83, p. 126-168, p. 333-359, p. 447-514.
- HIRATA, H. *et al.* (org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Ed. da Unesp, 2009.
- HIRATA, H. Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, São Paulo, 26 (1), 2014, p. 61–73.
- KERGOAT, D. De la relación social de sexo al sujeto sexuado. **Revista Mexicana de Sociología**, Ciudad de México, v. 65, n. 4, p. 841-861, dic. 2003.
- LISPECTOR, C. **Todos os contos**. Rio de Janeiro: Rocco, 2016.
- MARQUES, T. C. N. A regulação do trabalho feminino em um sistema político masculino, Brasil: 1932-1943. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 59, p. 667–686, dez. 2016.
- MAUSS, M. **Sociologia e antropologia**. 2. ed. São Paulo: Cosac Naify, 2015.
- MONTELEONE, J. de M. Costureiras, mucamas, lavadeiras e vendedoras: o trabalho feminino no século XIX e o cuidado com as roupas (Rio de Janeiro, 1850-1920). **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 27, n. 1, p. 1-11, 2019.
- MOTA, C. G.; LOPEZ, A.; SILVA, A. da C. e. **História do Brasil**. 4. ed. São Paulo: Ed. 34, 2015.
- NEDELL, J. D. **Belle époque tropical**. 1. ed. Bernal: Univ. Nacional de Quilmes, 2012.
- NUNES, J. H. O trabalho de músicos no Brasil: tensões identitárias e arranjos domésticos. **Revista Colombiana de Sociología**, Colombia, v. 40, n. 2, p. 107-128, 2017.
- PICHONERI, D. F. M. **Relações de trabalho em música**: a desestabilização da harmonia. 2011. 251 p. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 2011.
- PIMENTEL, A. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. **Cadernos de Pesquisa**, n. 114, p. 179-195, 2001.
- PINSKY, C. B. A era dos modelos rígidos. *In*: PINSKY, C. B.. (Org.). **Nova história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 9-83, p. 126-168, p. 333-359, p. 447-514.
- RAGO, M. Trabalho feminino e sexualidade. *In*: RAGO, M. **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004, p. 126-168.

RIO, J. do. **A alma encantadora das ruas**. São Paulo: Companhia De Bolso, 2008.

SAFFIOTI, H. I. B. Força de trabalho feminina no Brasil: no interior das cifras. **Perspectivas**, São Paulo, v. 8, p. 95-141, 1985.

SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1976.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; DE ALMEIDA, Cristóvão Domingos; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História**, p. 15-30, 2009.

SCOTT, A. S. O caleidoscópio dos arranjos familiares. *In*: SCOTT, A. S.. (Org.). **Nova história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 9-83, p. 126-168, p. 333-359, p. 447-514.

SCHWARZ, R. **Ao vencedor as batatas**. 5. ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 2000.

SOUZA, A. S. **Atuação feminina no cenário musical do Rio de Janeiro (1890-1910)**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Música, 2013.

THOMPSON, J. **Ideologia e cultura moderna**. Petrópolis: Vozes, 2000.

WEBER, M. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

TINHORÃO, J. R. **A música popular no romance brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Ed. 34, 2001. 3 v.

VERONA, E. M. **Da feminilidade oitocentista**. São Paulo: Ed. Da UNESP, 2013.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WEBER, M. **Economía y sociedad**. Madrid: F.C.E. de España, 1977.

**Recebido em:** 13 de outubro de 2021

**Aprovado em:** 21 de junho de 2022